

Cobrança antecipada dos dissídios não deve ser aceita

O Curador de Justiça dos Consumidores, Hélio Gama, advertiu ontem os pais de alunos para que não aceitem a cobrança antecipada dos reajustes de salários de professores e funcionários, cujos índices ainda não foram definidos nos dissídios coletivos. Portanto, segundo ele, é válida apenas a cobrança dos índices entre 54 a 56 por cento sobre as mensalidades de dezembro para as escolas do Município do Rio, 60 por cento para colégios da Baixada Fluminense e São Gonçalo e 65 por cento para os de Niterói e interior do Estado, além da correção da URP nos meses seguintes.

Dessa forma, a interpretação do acordo pela Associação dos Pais do Estado do Rio de Janeiro e pela Curadoria de Justiça dos Consumidores

MENSALIDADES		
	Abril (Valor pago)	Acordo
ANGLO 4ª série Primeiro Grau	12.603,99	6.740,95
IMPACTO 3ª série Segundo Grau	18.900,00	9.225,72
MARTINS 2ª série Segundo Grau	9.275,00	5.846,68

obedece aos seguintes cálculos: a mensalidade de dezembro deve ser multiplicada por 1,56 referentes ao reajuste firmado pelo acordo para obter o valor de janeiro. Para calcular a mensalidade de fevereiro, mul-

tiplique a de janeiro por 1.0919, que representa a URP do mês. O mesmo procedimento deve ser utilizado para o cálculo das mensalidades de março e abril — cada valor será multiplicado por 1.1619.

Em dezembro, o Colégio Impacto cobrou CZ\$ 4.011,95 de mensalidade. Se fosse aplicado o acordo, esse valor teria que ser multiplicado por 1.56; 1.019; 1.1619 e 1.1619. Em abril, então, o valor a ser pago seria de CZ\$ 9.225,72 e não CZ\$ 18.900, conforme consta no carnê enviado aos alunos.

— Esses abusos estão ocorrendo porque as escolas dizem que fizeram acordos em separado com professores e funcionários e anteciparam o repasse muito acima do que o reajuste concedido. Nós ainda não reco-

nhecemos o repasse porque os índices não foram definidos — completou o Vice-Presidente da Associação de Pais de Alunos do Rio de Janeiro, Jorge Esch.

O acordo firmado entre pais e donos de colégios prevê o repasse do reajuste para as mensalidades. Sobre os valores de março, 20 por cento da mensalidade seria corrigida pelo aumento dos auxiliares administrativos e 80 por cento pelo reajuste da URP. Em abril, 50 por cento da mensalidade seria reajustada pelo dissídio dos professores e 50 por cento pela URP.

— Como as duas categorias não chegaram a acordo, os pais devem esperar e não pagar antecipadamente — disse o Curador Hélio Gama.